

# Quando o exército de reserva de operários vai à guerra: o caráter de classe dos protestos de desempregados

Davisson C. C. de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta algumas considerações sobre o caráter de classe dos protestos de desempregados, situando-os como parte constitutiva do movimento operário. Trata-se de um exercício de síntese, no qual se busca compreender os vínculos entre o ativo e a reserva no conjunto da rebelião. Será discutida a relação de unidade e fratura entre essas duas frações da classe trabalhadora, explorando os elementos de continuidade entre a mobilização dos desempregados e o sindicalismo, a forma de luta orgânica dos trabalhadores no regime social capitalista.

**Palavras-chave:** 1. *Protestos de desempregados*; 2. *Superpopulação relativa e exército industrial de reserva*; 3. *Relação entre o ativo e a reserva*; 4. *Unidade e fratura entre sindicatos e desempregados*.

**Abstract:** This article presents some reflections about the class character of unemployed protests, placing it as a constituent part of the labor movement. It is an exercise of synthesis, in which it tries to understand the links between the active and the reserve in the whole rebellion. It will be discussed the relationship of unity and division between these two layers of the working class, exploring the elements of continuity between the unemployed mobilization and the unionism, the organic way of struggle of the workers in the social system capitalist.

**Keywords:** 1. *Protests of unemployed*; 2. *Relative super population and industrial workers reserve army*; 3. *Relation between the active and the reserve*; 4. *Unity and fracture between unions and unemployed*.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX/Unicamp) e do *Programa de Investigación del Movimiento de la Sociedad Argentina* (PIMSA).

## Introdução

Este artigo visa contribuir para o debate sobre os protestos de desempregados, discutindo seus determinantes de classe e situando-os no conjunto do movimento operário. Trata-se de um esforço de teorização sobre a temática, realizado a partir da pesquisa de campo da tese de doutoramento em curso<sup>2</sup>, cujos resultados empíricos provisórios foram apresentados em trabalhos anteriores<sup>3</sup>. O objetivo deste texto é sistematizar algumas reflexões feitas a partir da abordagem com a qual estamos trabalhando para interpretar os vínculos entre os sindicatos e os desempregados.

Defendemos a tese segundo a qual a mobilização dos desempregados é parte do movimento operário e, portanto, configura um processo social e histórico de continuidade com os protestos dos ocupados. Com base em um referencial teórico marxista, ressaltamos a pertinência da teoria das classes sociais como modelo interpretativo dos protestos dos trabalhadores no capitalismo atual, seja na sua condição de ativo, seja na de reserva. Essas ferramentas analíticas se contrapõem às utilizadas pela teoria dos “novos movimentos sociais”, segundo a qual os desempregados formam parte de um “novo” “ator” da “ação coletiva”. Na perspectiva teórica que assumimos, a rebelião dos desempregados é uma das diversas formas de luta da classe trabalhadora, o que se constitui como o ponto de partida para a análise de seus traços de continuidade e de sua aliança com o movimento operário organizado sindicalmente. Para sustentar essa argumentação faremos algumas referências históricas desse tipo de luta, destacando alguns elementos encontrados na pesquisa de campo realizada na Argentina. A partir dessa reflexão, pretendemos avançar na teorização sobre a ação sindical diante do desemprego, explorando os conflitos, os interesses comuns e os limites da ação conjunta entre os sindicatos e os desempregados.

---

<sup>2</sup> O título da tese é *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina* e está sendo orientada por Heloisa Martins (FFLCH/USP).

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Souza (2009).

Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels desenvolve, de maneira precursora, um método de análise do movimento operário. Nesse trabalho, o autor considera que os interesses antagônicos entre os proletários e a burguesia conformam a gênese de uma “rebelião” que atravessa diferentes “etapas”, a começar pela mais “individual”: o delito. No contexto do desenvolvimento industrial na Inglaterra, a primeira forma de luta que marcou o início dessa oposição de classe destacada pelo autor é a resistência dos trabalhadores à introdução das máquinas, em uma clara demonstração de que considerava os protestos de desempregados como parte do movimento da classe trabalhadora.

O movimento *ludita*, tal como ficou conhecido este conjunto de protestos, foi uma das primeiras manifestações da mobilização dos desempregados na história do capitalismo. Constituiu-se em um momento no qual a reserva foi convocada ao que Engels chama de “guerra social”, ao protestar contra os efeitos de sua condição de supérfluos para as necessidades imediatas da produção capitalista.

Uma outra contribuição do autor nesse texto é a idéia de que a luta de classes se constitui na luta. Na análise que faz do sindicalismo, considera seu principal instrumento de luta - a greve - como a “escola de guerra” que prepara os operários para a “grande luta”. Porém, quando o “exército de reserva de operários desocupados”<sup>4</sup> vai à guerra não é possível a utilização dessa arma, a não ser que seja recrutado pela legião do “exército de operários ativo” para a construção de uma luta conjunta.

Este repertório analítico seria desenvolvido por Marx no capítulo XXIII d’*O Capital*.<sup>5</sup> De acordo com o autor, o movimento de oferta e demanda de força de trabalho no capitalismo é a expressão máxima do despotismo do capital, já que nessa dinâmica a disponibilidade de

---

<sup>4</sup> Apresentado dessa maneira, o conceito foi empregado primeiramente por Engels nesse trabalho clássico do pensamento marxista.

<sup>5</sup> Nesse capítulo Marx amplia o uso de metáforas militares. Refere-se aos trabalhadores de fábrica como os “soldados industriais” e à camada condenada ao pauperismo como o “asilos dos inválidos”. Em outra passagem, o autor analisa a população nômade de origem rural que se desloca geralmente para trabalhar na construção civil como a “infantaria ligeira do capital”.

“trabalho” e de “trabalhadores” se tornam independentes. A formação dessa população sobranter é resultado do processo de acumulação de capital, que não se restringe apenas à soma da relação de compra e venda da força de trabalho de cada “operário individual” no processo de valorização. Trata-se do momento em que se realiza a exploração capitalista do “operário social”, esteja em atividade ou disponível para o capital. Dito de outra forma, a partir da existência dessa superpopulação relativa, a burguesia concretiza seu objetivo de acumular capital explorando não apenas cada trabalhador individualmente, mas o conjunto do proletariado. Essa dinâmica permite à classe burguesa baratear o preço pago pela força de trabalho, pressionar e submeter o operário no local de trabalho e disciplinar os protestos sociais da classe trabalhadora. Sendo assim, é uma condição indispensável para a própria existência do capitalismo, um elemento estrutural que significa esse regime social e explicita o caráter de expropriado do proletariado. Sua funcionalidade para o processo de acumulação capitalista foi assim explicitada por Marx:

*“[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 1982, p. 733-734).<sup>6</sup>*

No entanto, Marx considerava a ação conjunta entre os ativos e a reserva como uma possível forma de luta contra a lei da oferta e da procura de trabalho no capitalismo. Diz o autor:

---

<sup>6</sup> Lenin identifica a teoria do exército industrial de reserva como a “lei capitalista da população”, na qual a “superpopulação, complemento necessário da superprodução, constitui um elemento necessário da economia capitalista, sem o qual esta não poderia existir nem se desenvolver” (LENIN, 1958, p. 170).

*Quando os trabalhadores descobrem que, quanto mais trabalham, mais produzem riquezas para os outros, quanto mais cresce a força produtiva de seu trabalho, mais precária se torna sua função de meio de expandir o capital; quando vêem que a intensidade da concorrência entre eles mesmos depende totalmente da pressão da superpopulação relativa; quando, por isso, procuram organizar uma ação conjunta dos empregados e desempregados através dos sindicatos etc., para destruir ou enfraquecer as conseqüências ruinosas daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe, então protestam em altos brados o capital e seu defensor, o economista político, contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sacrossanta” lei da oferta e da procura. Todo entendimento entre empregados e desempregados perturba o funcionamento puro dessa lei. (MARX, 1982, p. 743).*

A análise das relações entre os sindicatos e os desempregados exige uma reflexão sobre o significado desses dois sujeitos no capitalismo.<sup>7</sup> O movimento operário não se restringe ao sindicalismo, mas este por sua vez é a “expressão política orgânica” dos trabalhadores neste regime social. O proletariado é composto pelo exército de operários ativo e pelo *exército industrial de reserva* (a *superpopulação relativa* específica do modo-de-produção capitalista). Deste último grupo fazem parte os desempregados, que constituem apenas a “parte mais visível” (Carrera, 2007) dessa população sobrando.

As categorias criadas pela economia burguesa para compreender o “mercado de trabalho” encobrem as relações de classe resultantes da maneira como os capitalistas se apropriam da força de trabalho proletária, tanto no plano individual como no social. Sendo assim, os cortes mais usuais empregados tanto por economistas, estatísticos e sociólogos (*ocupado/desocupado; ativo/inativo; trabalho formal/trabalho informal; assalariado/empregador/autônomo*), apesar de descreverem aspectos

---

<sup>7</sup> As referências bibliográficas sobre o tema são escassas. Ver, por exemplo, Faniel (2006).

importantes da fisionomia da “estrutura ocupacional”, fetichizam as relações entre trabalho e capital, e encobrem a condição comum de expropriado do conjunto do proletariado. Mesmo os esforços analíticos das correntes mais críticas, ao considerarem as diversas formas de “desemprego oculto” e de “salário encoberto” pelo menos em parte do chamado “trabalho por conta própria”, ainda ocultam o significado dessa dinâmica. Para o marxismo, a análise da compra e venda da força de trabalho com uma perspectiva de classe somente pode ser feita a partir do corte fundamental feito por Marx entre possuidores e despossuídos das condições de produção de sua existência e, em seu interior, as frações que cumprem a função de ativo e reserva.

Esta ferramenta de análise vem sendo omitida por sociólogos e economistas que interpretam o desemprego.<sup>8</sup> Sua atualidade, no entanto, não pode ser reduzida à interpretação simplista de que o exército de reserva seja sinônimo de desempregado. Como ressalta Marx, faz parte da superpopulação relativa todo trabalhador “durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado” (MARX, 1982, p. 743).<sup>9</sup> O autor analisa essa fração da classe trabalhadora inicialmente a partir de três categorias: *flutuante*, *latente* e *estagnada*. A parcela flutuante é composta pelos trabalhadores repelidos da indústria (*idem*, p. 743-744). Na parcela latente se insere a população trabalhadora do campo que se encontra “sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano” por conta da expansão da produção capitalista na agricultura (*ibidem*, p. 745). Já a parcela estagnada é definida pelo autor

---

<sup>8</sup> Algumas exceções são os trabalhos de Chesnais (2007) e Iturbe (2001). Aplicando este repertório conceitual, Melenau Neto (1996) sustenta que o aumento do desemprego verificado nas últimas décadas não foi apenas consequência, mas condição de implantação do neoliberalismo. Com argumentos semelhantes, Podestá (1999) afirma que a chamada “crise” do desemprego é um dos aspectos da saída da crise de acumulação de capital vivida especialmente nos países centrais e nos países de capitalismo dependente industrializados.

<sup>9</sup> Lenin (1960) chamou a atenção para este aspecto ao destacar que “seria um erro imaginar o exército de desocupados de reserva como formado exclusivamente por operários sem trabalho”. O autor faz referência aos pequenos proprietários camponeses que possuem uma quantidade de terra tão ínfima que os impede de sobreviver exclusivamente da mesma, o que o obriga a procurar outros meios de vida com o trabalho assalariado. O autor se refere a essa camada oculta da superpopulação de “pseudoproprietários”.

como a “parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular” (*ib.*, p. 745).<sup>10</sup> Ademais, a população sobrando para as necessidades imediatas do capital é composta por um sedimento “que vegeta no inferno da indigência”, e constitui o “asilos dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (*ib.*, p. 747). Esta categorização oferece um contraponto fundamental às noções de “exclusão” e “marginalidade”.

As interpretações mais correntes sobre o desemprego, de matriz keynesiana, schumpeteriana ou liberal, tendem a desconsiderar esse referencial analítico. Nesse sentido, contribuem para a “naturalização” das chamadas “leis do mercado”, onde o desemprego aparece apenas como um dado objetivo resultante de desajustes conjunturais da política macroeconômica, de desequilíbrios momentâneos da estrutura produtiva ou da inadequação dos indivíduos aos critérios de “empregabilidade”.

No campo do marxismo, a desconsideração da teoria da superpopulação relativa também é notável, tal como se pode observar na utilização recorrente do conceito de “desemprego estrutural” (ANTUNES, 2005), que se remete, por sua vez, à noção de “crise estrutural do capital” (MESZÁROS, 2006). O termo é duplamente impreciso. Primeiramente, pelo seu caráter redundante para uma abordagem marxista: ora, o desemprego é estrutural no capitalismo, pois se trata de uma “condição de existência” desse modo de produção (MARX, 1982, p. 733). Em segundo lugar, trata-se de um conceito já utilizado originalmente pela teoria econômica burguesa, que opõe o “desemprego estrutural” (fruto das alterações da estrutura econômica) ao “desemprego conjuntural” (resultado das variações sazonais do ciclo econômico). Essa última questão foi abordada por Marx, segundo o qual a superpopulação relativa pode se manifestar de “forma aguda”, “nas crises”, ou de “forma crônica”, “nos períodos de paralisação” (*idem*, p. 743).

---

<sup>10</sup>Por tal motivo, uma metodologia marxista de análise da estrutura social deve considerar, além do “desemprego aberto”, as diferentes formas de “desemprego encoberto” e o subemprego, para fazer uma estimativa das diversas categorias que constituem a reserva.

Ademais dessas imprecisões teóricas, é necessário destacar que estes autores discutem o desemprego do ponto de vista da “estrutura” ocupacional, e não a partir das relações de classe presentes no processo de acumulação do capital. Pautam-se, assim, em uma oposição entre “incluídos” e “excluídos” do mercado de trabalho, este último grupo composto por aqueles que, supostamente, não têm mais qualquer chance de conseguir um emprego formal. A noção de “crise estrutural do capital” trata a questão do desemprego a partir de um pressuposto mecanicista e fatalista: “a novidade da nossa época é que o sistema do capital já não está em posição de conceder seja o que for ao trabalho, em contraste com as conquistas reformistas do passado” (MÉSZÁROS, 2005, p. 41). Ou ainda: “Sob as condições da crise estrutural do capital essa é a natureza objetivamente inevitável da ordem socioeconômica” (*idem*, p. 42).

Nun (2001) desenvolve a idéia segundo a qual o *exército industrial de reserva* é mais apropriado para a compreensão do capitalismo competitivo, como o da Inglaterra anterior a 1875 sobre a qual escreveu Marx, já que cumpre um papel sempre funcional para a dinâmica capitalista. Para o autor, este conceito é insuficiente para compreender contextos como o do capitalismo monopolista dependente na América Latina. Como alternativa, o autor cria o conceito de *massa marginal* a partir do qual considera que determinados excedentes populacionais possuem um caráter afuncional para o capital, já que, por não possuírem nenhuma expectativa de inserção nas relações assalariadas, não exerce qualquer pressão sobre o exército operário ativo.

Ao contrário de ambas abordagens, consideramos que a superpopulação relativa é uma fração da classe trabalhadora na *posição* de população sobrando para as necessidades imediatas do capital que cumpre a *função* de exército industrial de reserva. Desse modo, encontra-se disponível e, portanto, “sempre presente nos movimentos da oferta e da procura de trabalho” pressionando os trabalhadores em ação (MARX, 1982, p. 742).

A utilização do repertório marxista também preserva sua atualidade para a interpretação dos protestos sociais no capitalismo.

Para o que nos interessa neste texto – a mobilização dos desempregados – sua aplicação permite identificar a natureza de classe de tal movimento e inseri-lo em uma discussão mais ampla sobre as formas e instrumentos de luta dos trabalhadores. Por isso, definir quem compõe a classe social significa dimensionar o caráter dos protestos sociais no conjunto da luta de classes. Ora, se os desempregados fazem parte do exército industrial de reserva, que compõe por sua vez o proletariado, as mobilizações de desempregados são constitutivas do movimento operário. Assim, se *ativo* e *reserva* formam parte do proletariado, os protestos de desempregados possuem uma ligação umbilical com a rebelião proletária. A expressão mais evidente desse vínculo se encontra na relação entre os sindicatos e os desempregados, existente desde o início do capitalismo industrial, nas origens do sindicalismo.

Na leitura aqui proposta o movimento operário pode ser definido como a rebelião do proletariado contra os efeitos ou a superação do modo de produção capitalista, tal como foi explorado de maneira precursora por Engels. Sendo assim, os protestos de desempregados possuem um traço de continuidade com as lutas dos trabalhadores ocupados, já que ambos surgem da oposição capital-trabalho (CROSS; LENGUITA; WILKIS, 2002). O proletariado (e o semiproletariado) é composto por aqueles que, por não possuírem as condições materiais necessárias para a reprodução de sua existência, “vivem principalmente ou medianamente da venda de sua força de trabalho” (CARRERA; PODESTÁ, 1989<sup>11</sup>), estejam ou não concretizando esta relação. Do ponto de vista do processo de acumulação capitalista, é ativo quando realiza diretamente o processo de valorização ou socialização da mais valia. Conforma a reserva quando se constitui como estoque de força de trabalho que atua como “produto e alavanca” dessa dinâmica. Na rebelião, o proletariado ativo se mobiliza por melhores condições de trabalho e salário através de diversas formas e instrumentos de luta, sendo a greve sua manifestação orgânica. Quando além de “despossuído” se encontra “desalojado” (CARRERA; PODESTÁ, 1989)

---

<sup>11</sup> Todas as traduções de textos originalmente escritos em espanhol são do autor.

da posição de vendedor da força de trabalho, protesta por sua reincorporação ou por um emprego, ou por seguro-desemprego e outros tipos de auxílio do governo que amenizem seu processo de pauperização. Sem a possibilidade de parar a produção, utiliza geralmente manifestações de rua, tais como marchas, atos ou cortes de avenidas e rodovias que possibilitam interromper a circulação de pessoas e mercadorias.

Alguns estudiosos enfatizam que a “construção identitária” do grupo é uma condição prévia indispensável para a “ação coletiva” (GALLAND; LOUIS, 1981). Pode-se observar que, como a formação da superpopulação relativa está intimamente ligada a um processo de pauperização familiar, os desempregados nem sempre se mobilizam como desempregados. Assim, sua reivindicação típica por emprego aparece conjuntamente a outras bandeiras, tais como melhorias nas condições de vida do bairro, o acesso à terra e à habitação, e auxílios de diversos tipos, especialmente em alimentos. Nesse sentido, a reivindicação por uma melhor renda – ou a obtenção da mesma – pode aparecer em diversos tipos de protestos, como de precários, trabalhadores imigrantes, sem-terra, sem-teto e nos diversos tipos de “revoltas de fome” (CARRERA, 2007), denominada pela burguesia de “saques”. Sendo assim, trata-se de “movimento de pobres” (FOX PIVEN; CLOWARD, 1979), pobreza entendida no marco teórico marxista como a insuficiência de meios de produção da vida adquiridos pelos proletários em condições consideradas socialmente “normais”.

Não pretendemos fazer uma reflexão aprofundada sobre todas as formas de vínculo entre sindicatos e desempregados, mas apenas destacar alguns de seus elementos. Para analisar esta questão, é necessário diferenciar diversos momentos dessa relação, entre os quais podemos citar as ações dos sindicatos diante das demissões, as representações ideológicas feitas pelos dirigentes sobre o desemprego, a política das entidades para os desocupados, e a relação de unidade e fratura entre o movimento sindical e os desempregados. Com base nessa reflexão, é necessário diferenciar, por um lado, “organizações de desempregados” e “representação dos desempregados” e, por outro,

“manifestações contra o desemprego” e “protestos contra as demissões”.

Como já ressaltamos, o caráter de classe do desemprego nos permite inferir que a mobilização política dos desempregados é parte do movimento operário. Esse procedimento nos opõe à corrente interpretativa que costuma identificar estes protestos como expressão dos “novos movimentos sociais”, ou como eventos “espontâneos” de “excluídos”. Ao contrário do que apregoam esses autores, observamos que a mobilização dos desempregados nasce a partir de condições prévias (políticas, econômicas e ideológicas) do movimento dos trabalhadores. Geralmente se constrói por iniciativa e pela *direção consciente*, no sentido gramsciano, de militantes de origem político-partidária ou sindical. A análise desse vínculo permite refletir sobre que interesses expressam o ativo e a reserva, através das relações de unidade e fratura entre suas organizações.

Engels (1974) relacionou o caráter defensivo do sindicalismo diante dos abusos patronais às flutuações da economia capitalista. Entre os limites da ação sindical, que o caracteriza como uma instituição estruturalmente defensiva, o autor destacou (i) a concorrência no interior da classe trabalhadora, identificada como “a arma mais afiada da burguesia na sua luta contra o proletariado”; (ii) o fato de os trabalhadores estarem sempre expostos às leis perversas da oferta e procura de trabalho, vendo-se frequentemente diante de uma imensa fila de desempregados e (iii) a impotência dos operários diante da introdução das máquinas no processo produtivo e das flutuações e crises cíclicas da economia capitalista.

Os protestos de desempregados são movimentos esporádicos, cujo aparecimento geralmente está condicionado a períodos de crise marcados por demissões em massa e crescimento do tempo de permanência na situação de desemprego, especialmente em contextos de anterior predominância de amplo emprego das relações assalariadas. Ora, se o estatuto social do desemprego depende do de seu oposto – o emprego –, é possível sugerir que a análise dos movimentos de desocupados deva partir da sua relação com o movimento de trabalhadores ocupados, buscando no ciclo de lutas do movimento

operário as experiências e tradições de organização que confluem na eclosão desse tipo de protesto.

A relação entre sindicatos e desempregados pode variar desde a ausência de políticas sindicais de organização deste setor (com o argumento de que os sindicatos devem se ocupar dos trabalhadores empregados de sua categoria) a diferentes tipos de representação dos mesmos, como a criação de comitês de desempregados (baseado na idéia de que estes, como parte da classe trabalhadora, devem ser incorporados na luta sindical). A teorização sobre estes vínculos exige um exercício de análise sobre os conflitos, os interesses comuns e os limites de sua ação conjunta.

A organização dos desempregados e sua relação de unidade e fratura com os trabalhadores ocupados estão presentes na própria origem do sindicalismo, como demonstram os fundos de solidariedade das primeiras *tradeunions* e o movimento *ludita* na Inglaterra do início do século XIX, que surgiu com o objetivo de lutar contra os efeitos da mecanização da indústria, visto como o causador das demissões em massa.<sup>12</sup> Movimentos com características semelhantes ocorreram em outras partes da Europa, e mesmo no século XVIII já havia protestos desse tipo, tal como faz referência Marx no quinto capítulo d'*O Capital*.

A partir desse movimento pioneiro, mobilizações de desempregados acompanharam as lutas operárias em diversos períodos, especialmente nas grandes crises do capitalismo. Mesmo não se constituindo como um movimento duradouro, dado o próprio caráter cíclico das crises capitalistas, em alguns momentos este tipo de luta assumiu uma considerável repercussão política, tal como se verificou nas marchas contra a fome e o desemprego que ocorreram na Europa durante o século XIX, tendo sido bastante significativas na França dos anos 1880 (LÉCERF, 1992); nas manifestações contra o desemprego na Europa, nos EUA (FOX PIVEN; CLOWARD, 1979) e na Argentina

---

<sup>12</sup> Engels estuda este momento e afirma que em seus inícios os sindicatos sustentavam financeiramente os operários sem trabalho e os orientava a passar de uma região a outra sendo socorrido por seus companheiros de ofício e informado sobre as oportunidades de trabalho. (Engels, 1974: 211).

(CARRERA; FÉRNANDEZ, 2007) durante os anos 1930; e os protestos atuais no Canadá, em diversos países da Europa (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Irlanda e Espanha)<sup>13</sup>, bem como na Argentina a partir de fim dos anos 1990 (KLACHKO, 2007). Em todas essas experiências de luta, a presença de partidos ou do movimento sindical é uma constante na constituição dessas organizações. Na pesquisa de doutorado que estamos desenvolvendo sobre este caso, exploramos a importância das experiências prévias de militância sindical entre os organizadores do movimento e o papel da consciência sindical no processo de sua constituição, que esteve presente para além da questão da ausência de participação direta das entidades sindicais, tal como parte considerável da bibliografia argumenta.

A depender das relações de força, os protestos dos ativos e da reserva podem se constituir de maneira fraturada ou unificada. No entanto, em alguns momentos as sutilezas dessa relação não se manifestam apenas na construção de alianças ou conflitos diretos de suas organizações. A análise de suas imbricações e influências encontra terreno fértil no campo de estudo da ideologia popular, cuja contribuição dos conceitos de *ideologia inerente* e *derivada* (RUDÉ, 1982) é fundamental. Abordamos a pertinência dessa leitura na análise da relação entre o sindicalismo e o surgimento das organizações de desempregados na Argentina em um trabalho anterior (SOUZA, 2009).

A unidade e a fratura entre o ativo e a reserva se manifestam de diferentes maneiras. A análise desse vínculo, que não se restringe à relação entre os sindicatos e os desempregados, exige algumas observações preliminares. Primeiramente, é necessário considerar dois momentos na trajetória do desempregado - a *demissão* e o *desemprego* propriamente dito -, o que nos obriga a ter em conta a figura do *demitido* e a do *desempregado*. O primeiro, com ou sem a participação dos sindicatos, no momento de sua demissão ou diante de sua ameaça, ainda pode oferecer alguma resistência no local de trabalho. O desempregado,

---

<sup>13</sup> Para uma breve síntese e referências bibliográficas de alguns desses movimentos, ver Demazière e Pignoni, 2003.

diante da permanência na situação de desemprego e especialmente quando já não possui qualquer vínculo com uma categoria ou sindicato específico, pode se organizar de maneira autônoma, apesar de ser mais comum na história desse tipo de mobilização a iniciativa por parte de alguma entidade político-partidária ou sindical. Esta delimitação se faz importante para distinguir o tipo de intervenção feito pelo sindicalismo em relação aos sujeitos políticos do desemprego, ou seja, tanto dos demitidos de sua base como dos desempregados de maneira geral.

Vale ressaltar ainda que o desemprego pode ser considerado a partir de dois aspectos. Primeiramente, na sua *forma de aparição estatística*, tal como os dados dos institutos de pesquisa oferecem. Porém, é necessário destacar que o desemprego possui um caráter polissêmico (DEMAZIÈRE, 2006), já que sua categorização é fruto de um processo de “construção social” datado histórico e socialmente<sup>14</sup>, cuja maior evidência está na falta de consenso sobre a melhor definição metodológica para mensurá-lo. No entanto, seu índice pode ser considerado uma “aproximação” de um dado objetivo do modo-de-produção capitalista: a formação de uma população sobranse para as necessidades imediatas da acumulação do capital (MARX, 1982). Em segundo lugar, levamos em conta o desemprego na sua *forma de aparição política*, na qual o desempregado e seu congêneres precursor - o demitido - aparecem como sujeitos da rebelião organizados com forma e instrumentos de luta específicos. A análise das ações e do posicionamento dos sindicatos no processo de construção da mobilização dos desempregados é não só pertinente, mas central, já que explicita como os sindicatos se apresentam diante das condições mais gerais em que a classe capitalista compra a força de trabalho da classe operária em seu conjunto, procurando manter, à sua disposição, sem custos adicionais, um estoque de trabalhadores dispostos a ocupar um posto a qualquer momento. Este enfoque nos contrapõe ao discurso bastante comum de que esta questão seria anacrônica de antemão, pelo

---

<sup>14</sup> O que não significa que se deva confundir a “invenção” do desemprego, no sentido terminológico, com o processo histórico e social de formação da superpopulação relativa como resultado da dinâmica social capitalista.

fato de que o sindicalismo representa exclusivamente os trabalhadores ocupados. Porém, se em alguns momentos os protestos dos desempregados aparecem isolados do movimento sindical, e até mesmo em relação de fratura com este, em outros é possível verificar iniciativas de representação, seja através de políticas de “contenção”, seja através da organização para a luta.

## Considerações finais

As reflexões feitas nesse texto tiveram o objetivo teórico de situar a mobilização política dos desempregados como parte constitutiva no conjunto do movimento operário. Opondo-nos principalmente à teoria dos novos movimentos sociais, e ressaltando o potencial explicativo da abordagem marxista sobre o tema, procuramos demonstrar a natureza de classe dos protestos sociais dos desempregados. Observamos que, se estes fazem parte do proletariado como reserva para as necessidades do processo de acumulação de capital, sua organização é expressão dessa dinâmica e, portanto, deve ser vista como uma forma de luta da classe trabalhadora. Ora, se o estatuto de trabalhador desempregado está intimamente ligado ao do seu oposto – o trabalhador empregado –, a mobilização do primeiro possui um vínculo estreito com a do segundo. Por tal motivo, para a análise dos vínculos entre o ativo e a reserva, a relação de unidade e a fratura entre os sindicatos e os desempregados possui sentido heurístico, já que revela os traços de continuidade entre o movimento orgânico dos trabalhadores no capitalismo e a parte mais visível de sua superpopulação relativa.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CARRERA, N. I. La lucha de los obreros y de los pobres en la Argentina del capital financiero. In: VILLANUEVA, E.; MASSETTI, A (orgs.). *Movimientos sociales y acción colectiva en la Argentina de hoy*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

CARRERA, N. I.; FERNÁNDEZ, F. *El movimiento obrero ante la organización y formas de rebelión de los desocupados: 1930-1935. mimeo*. Buenos Aires, 2007.

CARRERA, N. I.; PODESTÁ, J. Análisis de una relación de fuerzas sociales objetiva: caracterización de los grupos sociales fundamentales en la Argentina actual. *Cuadernos de Cicso, Serie Estudios*, n. 46, 1989.

CHESNAIS, F. La mondialisation de l'armée industrielle de réserve. À l'Encontre. Disponível em: [http://www.alencontre.org/Economie/Chesnaismondialisation01\\_07.htm](http://www.alencontre.org/Economie/Chesnaismondialisation01_07.htm) Acessado em: 05/01/2007.

CROSS, C.; LENGUITA, P.; WILKIS, A. Sindicalismo y piqueteros: ¿dos formas políticas del trabajo?. In: FERNÁNDEZ, A (org.). *Sindicatos, crisis y después*. Buenos Aires: Ediciones Biebel, 2002.

DEMAZIÈRE, Didier. *Sociologie des chômeurs*. Paris: Éditions La Découverte, 2006.

- DEMAZIÈRE, D. e PIGNONI, M.-T. *Chômeurs: du silence a la révolte. Sociologie d'une action collective*. Paris: Hachette Littératures (Forum), 2003.
- ENGELS, F. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Buenos Aires: Ediciones Diáspora. 1974.
- FANIEL, J. *Les syndicats, le chômage et les chômeurs. Raisons et évolution d'une relation complexe*. Bruxelles, 2006. Thèse (doctorat en sciences politiques) Université Libre de Bruxelles.
- FOX PIVEN, F., CLOWARD, R. A. *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*. New York : Vintage Books, 1979.
- GALLAND, O; LOUIS, M-V. *Chômage et action collective*. Sociologie du travail. Mayenne, n° 2, 1981, pp. 173-191.
- HOBSBAWN, E. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. (orig. 1964)
- ITURBE, A. Desemprego: traço estrutural do capitalismo. *Marxismo vivo*, São Paulo, out.-jan, 2001.
- KLACHKO, P. *La forma de organización emergente del ciclo de la rebelión popular de los '90 en la Argentina*. Argentina, 2007. Tese (doutorado). Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata. La Plata.

LECERF, Eric. *La famine des temps modernes: essai sur le chômeur*. Paris: L'Harmattan, 1992.

LENIN, V. I. Caracterización del romanticismo económico. In: *Obras completas*, tomo II. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1958.

LENIN, V. I. *El régimen capitalista de la agricultura contemporánea*. In: *Obras completas*, tomo XVI. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1960.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MENELAU NETO, J. “Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva.” In: TEIXEIRA, Francisco & OLIVEIRA, Manfredo (Orgs.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva*. Fortaleza: UECE; São Paulo: Cortez, 1996.

MÉSZÁROS, István. “Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

NUN, J. *Marginalidad y Exclusión Social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

PODESTÁ, J. La “crisis” de desocupación en la Argentina (1993-1998). *Pimsa*, DT n. 17, pp. 7-35, 1999.

RUDÉ, G. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982;

SALAIS, R., BAVAREZ, N. & REYNAUD, B. *L'invention du chômage*. Paris: PUF, 1999.

SOUZA, D. C. C. de. *Sindicalismo y movimientos de desocupados en Argentina*. Buenos Aires, Primer Congreso Nacional sobre Protesta Social, Acción Colectiva y Movimientos Sociales en Argentina, 2009.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa* (tomos I, II e III). (orig. 1963). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TOPALOV, C. Invention du chômage et politiques sociales au début du siècle. *Les temps modernes*, Paris: Gallimard, novembre-décembre, n° 496-497, 1987.

